



EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA
Coordenadores

OS TRIBUNAIS DE CONTAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Prefácio
Antonio Augusto Junho Anastasia

A Coleção Fórum IRB tem por objetivo a aproximação da academia e dos grandes escritores da área da gestão pública e do Direito aos tribunais de contas, além de lançar reflexões que levem os tribunais a um crescimento conjunto.

O primeiro título da Coleção Fórum IRB foi *Conflitos federativos: esperanças e frustrações em busca de novos caminhos para a solução*, do professor doutor Fernando Rezende. O segundo volume da Coleção teve como título *Governança fiscal e sustentabilidade financeira: os reflexos do Pacto Orçamental Europeu em Portugal como exemplos para o Brasil*, do professor Marcus Abraham. O terceiro volume da coleção Fórum IRB foi escrito por membros dos tribunais de contas com o título *Tribunal de Contas do Século XXI*. O quarto volume da Coleção teve como título *Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do Controle*, resultante de experiências e reflexões acerca de assuntos inerentes à pandemia do coronavírus e ao futuro das instituições de controle. E neste quinto volume da Coleção, membros, servidores e pesquisadores abordam o tema *Os tribunais de contas e as políticas públicas*.

5

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins
DIREITO PÚBLICO.

Palavras-chave
TRIBUNAIS DE CONTAS; POLÍTICAS PÚBLICAS;
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3126

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

T822 Os Tribunais de Contas e as políticas públicas / Edilberto Carlos Pontes Lima (Coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2023. (Coleção Fórum IRB, v. 5).

588p. 17x24cm
(Coleção Fórum IRB, v. 5)
ISBN 978-65-5518-596-6
ISBN DA COLEÇÃO: 978-65-5518-600-0

1. Tribunais de contas. 2. Políticas públicas. 3. Administração Pública. I. Lima, Edilberto Carlos Pontes. II. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Edilberto Carlos Pontes (coord.). *Os Tribunais de Contas e as políticas públicas*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 588p. ISBN 978-65-5518-596-6 (Coleção Fórum IRB, v. 5).

Edilberto Carlos Pontes Lima

Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). Doutor em Economia (Universidade de Brasília). Mestre em Economia (Universidade Federal do Ceará). Especialista em Políticas Públicas pela George Washington University (EUA). Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Presidente do Instituto Rui Barbosa.

PREFÁCIO	15
OS TRIBUNAIS DE CONTAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA INTRODUÇÃO	
Edilberto Carlos Pontes Lima	19
Política pública: uma definição.....	20
Algumas diretrizes importantes para as políticas públicas	22
Diretrizes da Intosai	23
Como os Tribunais de Contas podem participar das políticas públicas	24
Desafios dos Tribunais de Contas brasileiros.....	26
Referências.....	29
CONSTRUÇÃO DE ÍNDICES PARA AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO	
Adriana Maria Gomes Nascimento Leite, Adriano Sousa Araújo, David Viana de Oliveira, Eliana Maria de Paula, Marcelo Victor Barbosa Xavier, Mariana Siqueira Vilela, Maurício Assuero Lima de Freitas, Valquiria Maria F. Benevides de S. Leão, Pedro Nascimento	
1	Introdução
2	Material e método.....
3	Resultados alcançados
4	Perspectiva e conclusão
	Referências.....
	31
1	Introdução
2	Material e método.....
3	Resultados alcançados
4	Perspectiva e conclusão
	Referências.....
	31
	33
	35
	37
	37
COMO MENSURAR O DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA? REFLEXÕES SOBRE AS DIFERENTES TÉCNICAS EXISTENTES	
Ahmed Sameer El Khatib	39
1	Introdução
2	Revisão da literatura
2.1	Especificidades da Administração Pública.....
2.2	Essência e racionalidade da medição de desempenho na administração pública.....
3	Plataforma metodológica
4	Resultados
5	Discussão e considerações finais.....
	Referências.....
	39
	40
	41
	42
	44
	47
	54
	59
A GESTÃO SUSTENTÁVEL E OS TRIBUNAIS DE CONTAS	
Aline Pacheco Medeiros	65
Introdução	65
1	Metodologia
2	Breves considerações sobre institutos
2.1	Atos discricionários.....
2.2	Direito fundamental à boa administração pública
2.3	Princípio da sustentabilidade
3	Caráter cogente da gestão sustentável na administração pública.....
4	Gestão sustentável e os Tribunais de Contas.....
4.1	Gestão sustentável nos Tribunais de Contas
4.2	Controle da gestão sustentável pelos Tribunais de Contas
5	Conclusão
	Referências.....
	65
	67
	68
	68
	69
	70
	70
	72
	75
	80
	81

A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS E SUA IMPORTÂNCIA NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ariane Olczewki, Mohana Reis	83
1 Introdução	83
1.1 Origem dos Tribunais de Contas.....	83
1.2 Políticas públicas	85
2 Governança.....	87
3 <i>Accountability</i>	90
4 Internacionalização dos Tribunais de Contas brasileiros	92
4.1 Cooperação Internacional dos Tribunais de Contas.....	95
4.2 Agenda 2030 da ONU: políticas públicas e fiscalização	98
5 Conclusão	101
Referências.....	101

CONTROLE EXTERNO BRASILEIRO E A AUDITORIA OPERACIONAL COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO FISCALIZATÓRIA CONCOMITANTE: CONSTRUÇÃO DE UM ARCABOUÇO TEÓRICO ACERCA DA FERRAMENTA AUDITORIA OPERACIONAL

Daniel Mello	107
1 Introdução	107
2 Referencial teórico e normativo: elementos fundantes do estudo	109
2.1 A Administração Pública: um constructo histórico-evolutivo do caso brasileiro	109
2.2 Os Tribunais de Contas e o controle externo: elementos conceituais, históricos e constitucionais do sistema	112
2.2.1 Tribunal de Contas: aproximação conceitual	112
2.2.2 Síntese do contexto histórico dos Tribunais de Contas: o controle externo em construção evolutiva	113
2.2.3 Características constitucionais dos Tribunais de Contas.....	117
2.2.4 Jurisdição dos Tribunais de Contas	122
2.2.5 O controle de resultado: elementos atinentes à atividade da Administração Pública no Brasil	123
2.2.6 Controle de mérito dos gastos da Administração Pública: controle substancial	125
2.2.7 Controle de resultados: instrumento de efetividade do controle externo	131
3 Revisão da literatura especializada sobre auditoria operacional: estado da arte indicativo acerca dessa ferramenta de controle no Brasil	132
3.1 Origem e evolução histórica da auditoria operacional no Brasil	132
3.2 Auditoria operacional: conceito, elementos caracterizadores e distintores em relação à auditoria de conformidade.....	134
3.3 Estrutura conceitual básica e características da auditoria operacional	139
3.4 Princípios gerais das auditorias operacionais/critérios de auditoria.....	141
3.5 Os princípios de auditoria operacional e seus critérios.....	141
3.5.1 Economicidade.....	142
3.5.2 Eficiência.....	142
3.5.3 Eficácia e efetividade.....	143
3.5.4 Outros critérios	145
3.6 Ciclo da auditoria operacional: o planejamento, a execução, o relatório e o monitoramento	146
3.6.1 Planejamento	147
3.6.2 Execução	149
3.6.3 Relatório.....	150
3.6.4 Monitoramento	151
4 Conclusões.....	152
Referências.....	155

O TCU E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ALEMÃ: PROTEÇÃO AO CLIMA E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Diego Marques Gonçalves, Ezequiel Mariano Teixeira da Costa	163
1 Introdução	163

2	História do TCU e suas atribuições	164
3	TCU e sua cooperação internacional	166
4	Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ)	169
5	Trabalho conjunto do TCU e cooperação alemã pela BMZ e GIZ	172
	Conclusão	175
	Referências.....	176

OS TRIBUNAIS DE CONTAS COMO INDUTORES DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

	Gerson dos Santos Sicca, Luiz Henrique Lima	179
1	Introdução	179
2	Tribunais de Contas, avaliação de políticas públicas, competências, funções e consensualismo.....	180
2.1	Competências dos Tribunais de Contas na avaliação de políticas públicas	180
2.2	Emergência de novas funções para os Tribunais de Contas	183
2.3	Democratização da administração pública, consensualismo e controle externo.....	185
2.3.1	Consensualismo no ordenamento jurídico brasileiro	187
3	Atuação consensual dos Tribunais de Contas na política pública de educação	191
3.1	Tribunal de Contas de Rondônia: o Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa (PAIC).....	195
3.2	Tribunal de Contas de Santa Catarina: projeto TCE Educação.....	197
4	Considerações finais.....	200
	Referências.....	201

O CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: DESAFIOS PARA OS TRIBUNAIS DE CONTAS

	Gilson Araújo, Mamadú Djaló	207
1	Introdução	207
2	As políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas pós-1988	208
3	Desafio do controle externo das políticas públicas para comunidades quilombolas....	211
4	Conclusão	214
	Referências.....	215

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO À LUZ DO SISTEMA DE CONTAS

	Ivan Lelis Bonilha	219
1	Contratações públicas como política de desenvolvimento	219
2	A nova Lei de Licitações	221
3	Fiscalização e avaliação pelos Tribunais de Contas.....	226
4	As diretrizes de auditoria da INTOSAI para contratações públicas.....	229
	Referências.....	231

O TRIBUNAL DE CONTAS: ATOR OU COADJUVANTE NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO?

	Jeanine Lykawka Medeiros, Janriê Rodrigues Reck	233
	Introdução	233
1	A expressão “política pública”	234
2	Políticas públicas e direitos fundamentais.....	236
3	A autonomia das instituições políticas e a discricionariedade relativa às políticas públicas	238
4	Atuação dos Tribunais de Contas em relação às políticas públicas.....	240
5	Conclusão	243
	Referências.....	243

A REDE *BLOCKCHAIN* BRASIL E O CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA OS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASILEIROS

Karine Tomaz Veiga	247
1 Introdução	247
2 O sistema orçamentário e o controle das contas públicas	248
2.1 O detalhamento e vigência do ciclo orçamentário	248
2.2 Contas públicas e credibilidade orçamentária	251
3 Ecossistema para um governo digital transparente	254
3.1 Transparência e comportamento da gestão pública	256
3.2 Outras soluções tecnológicas	257
3.2.1 A tecnologia <i>blockchain</i> na visão do Tribunal de Contas da União.....	260
4 Contribuições e desafios da Rede <i>Blockchain</i> Brasil	267
4.1 O acordo de cooperação entre o Tribunal de Contas da União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.....	267
4.2 A importância da integridade dos dados públicos.....	275
4.2.1 Processo TC nº 025.798/2021-9 – fidedignidade da Dívida Pública Federal.....	275
4.2.2 Processo TC nº 033.311/2020-0 – Fundos Públicos no Orçamento Geral da União	277
4.2.3 Processo TC nº 016.834/2020-8 – o controle do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)	277
5 Considerações finais.....	281
Referências.....	283

QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS
BAIANOS

Leonice Silva de Oliveira	287
1 Introdução	287
2 Revisão teórica	288
3 Material e métodos.....	290
4 Análise de dados e resultados	291
5 Conclusões.....	296
Referências.....	296

CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: DESAFIOS E
EXPERIÊNCIAS OBTIDAS COM A PARCERIA ENTRE TCE-SP, CETESB E USP

Manuela Prado Leitão, Maria Luiza Pascale, Fernanda da Rocha Brando, Leandro Dall’olio, Lia Helena Demange, Patrícia Faga Iglecias Lemos, Sílvia M. Ascensão Guedes Gallardo, Tadeu Fabrício Malheiros, Tamara Maria Gomes	323
Introdução	323
Os ODS e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.....	324
Os ODS e a Universidade de São Paulo	325
Os ODS e a CETESB	326
A parceria em prol dos ODS	327
A escolha do tema: ODS 6, 11 e 12	328
Elaboração do curso	330
Pesquisa e resultados	333
(i) Pesquisa de reação.....	334
Qualidade e abrangência do conteúdo apresentado.....	334
Grau de profundidade desenvolvido no curso.....	335
Adequação da sequência de apresentação dos temas e dos módulos.....	335
Distribuição do conteúdo dos módulos em relação à carga horária.....	335
Exemplos utilizados ilustrativos, relevantes e ajustados aos conceitos principais.....	336
Relação ou influência do conteúdo em sua atividade profissional.....	336
Facilidade de colocação do conteúdo em prática	336
O curso atingiu os objetivos propostos?	336
Conclusões.....	339
Referências.....	340

O TAG COMO ALIADO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: OS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO NA PRÁTICA E O APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA

Marcela Arruda	343
Prefácio.....	343
1 Cenário.....	344
2 Revisão da literatura.....	347
2.1 Aproximação do conceito de política pública.....	347
2.2 Tribunais de Contas brasileiros.....	351
2.2.1 Panorama.....	351
2.2.2 Competência e controle das políticas públicas: uma visão geral.....	356
2.3 O controle consensual necessário às soluções de problemas públicos.....	361
2.4 A gestão pública municipal e os desafios de governança.....	365
2.5 Termo de Ajustamento de Gestão.....	367
3 Metodologia.....	373
4 Diagnóstico e análise dos resultados.....	374
4.1 Informações divulgadas pelos Tribunais: relevância e dificuldades de acesso.....	374
4.2 Termo de Ajustamento de Gestão: mapeamento da realidade.....	375
4.2.1 Identificação da legislação.....	375
4.2.2 Resultados e visão geral dos temas abordados nos TAGs.....	379
5 Conclusão.....	383
Referências.....	387

ANÁLISE DE FRAGMENTAÇÕES, SOBREPOSIÇÕES, DUPLICIDADES E LACUNAS (FSDL) ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, TURISMO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO AMAPÁ

Marcos Cortes, Maurício Oliveira, Carina Baia, Terezinha Brito Botelho	391
1 Introdução.....	391
2 Referencial teórico.....	394
2.1 Avaliação de políticas públicas.....	394
2.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Unidades de Conservação e serviços ambientais.....	396
2.3 Análise de Fragmentação, Sobreposição, Duplicidade e Lacuna.....	398
3 Metodologia.....	400
4 Resultados e discussões.....	401
4.1 Inexistência de política de controle ambiental de atividades potencialmente degradadoras nas UCs estaduais.....	402
4.2 Inexistência de mecanismos de governança nas UCs.....	403
4.3 Ausência de instrumentos de controle e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas nas UCs.....	403
4.4 Ausência de estratégias de consolidação territorial voltadas às UCs estaduais.....	404
4.5 Não inserção do Plano Estadual de Turismo do Amapá e suas respectivas estratégias no PPA e LOA vigentes.....	404
4.6 Ausência de política pública para cobrança por uso de serviços ambientais oriundos de UCs.....	405
5 Considerações finais.....	405
Referências.....	406

A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL NO PERÍODO PANDÊMICO – ESTUDO DE CASO DO TCE-SP E DO TCM-SP

Paula Silva Fraga, Marcos Roberto Pinto	409
1 Introdução.....	409
1.1 Objetivo da pesquisa.....	411
1.2 Justificativa do estudo.....	411
2 Referencial teórico.....	411
2.1 Breve retrospectiva sobre as principais alterações legislativas para o enfrentamento da covid-19.....	411

2.2	Impacto das alterações legais decorrentes do cenário de covid-19 sobre a ação dos Tribunais de Contas	413
3	Metodologia de pesquisa.....	415
4	Coleta e tratamento de dados.....	416
4.1	A atribuição constitucional do Tribunal de Contas	416
4.2	As mudanças estruturais ocorridas nos Tribunais de Contas do Estado e do Município de São Paulo em decorrência da pandemia.....	419
4.3	Do cumprimento da atribuição constitucional e atuação dos Tribunais de Contas do Estado e do Município de São Paulo para o enfrentamento da covid-19.....	420
5	Conclusão	421
	Referências.....	422

TRIBUNAIS DE CONTAS E GOVERNO DIGITAL: O USO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS VISANDO À FISCALIZAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E À PROPAGAÇÃO DE ATIVIDADES DE CONTROLE

Rafael Rodrigues da Costa	425	
1	Introdução	425
1.1	Apresentação e definição do problema	426
1.2	Objetivos da pesquisa	428
2	Governo digital, transparência e a interação com o cidadão	429
2.1	Legislação sobre transparência e governo digital.....	429
2.1.1	Lei nº 12.527/2011	430
2.1.2	Lei nº 13.460/2017	433
2.1.3	Lei nº 14.129/2021	437
2.1.3.1	Posição do Brasil no contexto mundial de digitalização governamental	439
2.1.3.2	Desafios para aplicabilidade da LGD.....	442
2.1.4	Legislações e iniciativas/ferramentas estaduais.....	443
3	Tribunais de Contas brasileiros – obstáculos para aproximação da sociedade, boas práticas atuais de governo digital e aprofundamento da fiscalização de transparência pública.....	449
3.1	Atuação centralizada	449
3.1.2	Disponibilidade e funcionalidades de aplicativos.....	453
3.1.2.1	Aplicativo TCU – 7 funcionalidades.....	455
3.1.2.2	Aplicativo TCE-SP – 13 funcionalidades.....	456
3.1.2.3	Aplicativo TCE-SC – 5 funcionalidades	458
3.1.2.4	Aplicativo TCE-RN – 7 funcionalidades	459
3.1.2.5	Aplicativo TCE-RJ – 9 funcionalidades	460
3.1.2.6	Aplicativo TCE-ES – 8 funcionalidades.....	461
3.1.2.7	Aplicativo TCE-AP – 8 funcionalidades.....	462
3.1.2.8	Aplicativo TCM-GO – 2 funcionalidades.....	463
3.1.3	Usos e funcionalidades em aplicativos terceiros	464
3.1.3.1	Tribunais de Contas no YouTube	465
3.1.3.2	Tribunais de Contas no Instagram.....	469
3.2	Outras iniciativas de propagação de conteúdo e uso de ferramentas eletrônicas	471
3.2.1	TCE-RJ e o programa “Cidadania nas Escolas”	471
3.2.2	TCE-SP e o programa “Descobrimos o TCE-SP” – TV Cultura	472
3.3	Iniciativas fiscalizatórias dos Tribunais de Contas para o aprofundamento da transparência pública.....	474
3.3.1	Programa e Radar Nacional da Transparência Pública	475
3.3.2	Ferramentas tecnológicas para controle externo na área ambiental.....	476
3.3.3	Fiscalizações ordenadas – transparência e ouvidorias.....	477
4	Considerações finais.....	479
	Referências.....	482

CONDICIONANTES DO TEMPO DE *COMMUTING* DOS CENTROS URBANOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA

Rafael Scherb, Raul da Mota Silveira Neto	487	
1	Introdução (justificativa e objetivos).....	487

2	Teoria econômica: tempo de <i>commuting</i> no espaço urbano.....	488
3	Evidências para as cidades brasileiras	494
4	Metodologia e base de dados.....	496
5	Resultados	498
5.1	Análise descritiva	498
5.2	Condicionantes do tempo de <i>commuting</i>	502
6	Papel dos Tribunais de Contas e considerações finais	508
	Referências.....	510

EMPODERAMENTO SOCIAL E ESPAÇO LOCAL: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASILEIROS À LUZ DA TEORIA POLÍTICA DO RECONHECIMENTO DE CHARLES TAYLOR

	Reginaldo Parnow Ennes, Alberto Barreto Goerch.....	513
1	Introdução	513
2	Da teoria política do reconhecimento de Taylor: fundamentação e análise	514
3	Uma abordagem do controle social a partir do espaço local	517
4	Teoria do reconhecimento, espaço local e empoderamento social sob a perspectiva dos Tribunais de Contas brasileiros.....	519
5	Considerações finais.....	521
	Referências.....	522

A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS

	Roberto Debacco Loureiro.....	525
	Introdução	525
	Os Tribunais de Contas como avaliadores de políticas públicas.....	526
	A escolha da política a ser avaliada	528
	A participação colaborativa das partes interessadas.....	529
	O planejamento da avaliação.....	530
	Os resultados da avaliação.....	531
	Diferenças entre avaliação, auditoria operacional e controle	533
	A avaliação e a eficiência alocativa de recursos orçamentários.....	534
	Conclusão	535
	Referências.....	536

A NECESSIDADE DE COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O PLANO PLURIANUAL E OS PLANOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFETIVA

	Rodrigo Coelho do Carmo, Ana Paula Moreira do Rosário, Taline Liberato Alves	537
1	Introdução	537
2	Da teoria à prática: elaboração e implementação dos planos de políticas públicas	539
2.1	Políticas públicas: conceitos fundamentais e seu ciclo de implementação	539
2.2	A utilização dos planos de políticas públicas como instrumentos de planejamento	543
3	Análise da evolução histórica e do atual modelo orçamentário adotado no Brasil.....	544
4	A relevância do planejamento nas leis orçamentárias para a efetividade das políticas públicas	546
5	A utilização do PPA como ferramenta gerencial na implementação e na avaliação das políticas públicas	547
5.1	Desvendando o PPA: uma introdução ao planejamento plurianual	547
5.2	Alinhando os objetivos e as metas dos planos de políticas públicas com o PPA: efetividade na implementação de políticas públicas	549
5.3	O PPA como instrumento de avaliação de políticas públicas: vantagens e desafios.....	553
6	Considerações finais.....	555
	Referências.....	556

LEGIBILIDADE DAS PEÇAS PROCESSUAIS EMITIDAS PELOS TRIBUNAIS DE
CONTAS EM PRESTAÇÕES DE CONTAS DE GOVERNOS ESTADUAIS: UM
ESTUDO A PARTIR DA GESTÃO FISCAL

Sérgio Augusto Mendonça Santos	559
1 Introdução	559
2 Referencial teórico	561
2.1 Legibilidade em documentos dos Tribunais de Contas estaduais	561
2.2 Lei de Responsabilidade Fiscal e seus impactos em pareceres e votos dos Tribunais de Contas estaduais	563
2.3 Hipóteses de pesquisa	564
3 Metodologia da pesquisa	565
3.1 Amostra	565
3.2 Mensurando a legibilidade dos pareceres e votos dos Tribunais de Contas estaduais	567
3.3 Modelo, variáveis e testes econométricos	568
4 Análise dos dados	570
4.1 Estatística descritiva	570
4.2 Legibilidade das prestações de contas e análise multivariadas.....	572
5 Considerações finais.....	575
Referências.....	576
 SOBRE OS AUTORES.....	 579

Adriana Maria Gomes Nascimento Leite

Mestre em Gestão de Saúde Pública pela FIOCRUZ. Especialista em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde pela FIOCRUZ. Especialista em Auditoria de Sistemas de Saúde pela Estácio de Sá. Graduada em enfermagem pela UPE. Analista de Saúde da SES, tendo atuado por 22 anos em hospital de grande porte da RMR. Enfermeira da Estratégia de Saúde da Família por 7 anos, em 3 municípios. Auditora das Contas Públicas para a Área da Saúde do TCE-PE desde 2006. Assessora Técnica da Coordenadoria de Controle Externo da CCE, de 2019 a 2021. Gerente da Gerência de Saúde do TCE-PE, a partir de janeiro de 2022.

Adriano Sousa Araújo

Advogado com especialização em Direito da Propriedade Intelectual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Servidor público com atuação no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE). Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Ahmed Sameer El Khatib

Pós-doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP (2020) e pós-doutor em Administração de Empresas pela UNICAMP (2023). Doutor em Administração de Empresas pela PUC-SP (2018). Mestre em Ciências Contábeis e Ciências Atuariais pela PUC-SP (2013). Professor adjunto (concursado) de finanças do departamento de administração da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e professor de contabilidade financeira e finanças da graduação e do mestrado em Ciências Contábeis e Administração da FECAP e da Fundação Getúlio Vargas (EAESP). Atualmente exerce o cargo de gerente técnico do Instituto de Auditoria Independente do Brasil (IBRACON). Membro do Conselho Consultivo do Observatório Social do Brasil, representando a Federação Paulista de Fundações. Foi coordenador geral do orçamento (concursado) da Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura da cidade de São Paulo (2016-2019) e chefe de gabinete na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2019-2022).

Alberto Barreto Goerch

Advogado. Chefe de Gabinete do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP). Doutor em Diversidade e Inclusão pela Universidade FEEVALE com bolsa de estudos pela CAPES. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), pós-graduado *lato sensu* em Direito com especialização em Direito Constitucional pela UNIDERP e em Direito com especialização em Direito Processual Civil pela (UNISC). Graduado em Direito pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES). Professor do curso de Direito do Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP) e em cursos de especializações e preparatórios para carreiras jurídicas. Experiência docente nas modalidades presencial e EAD. Membro da Academia Brasileira de Direito Internacional. Presidente-fundador da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero da OAB/SM. Membro da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da Seccional da OAB do Rio Grande do Sul/OAB RS. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Membro do Grupo de Pesquisa Arthemis – Direito e Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPQ/Metropolização e Desenvolvimento Regional da Universidade Feevale.

Aline Pacheco Medeiros

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRio). Preside a Comissão Permanente de Sustentabilidade do TCMRio e representa a Corte junto à Rede de Sustentabilidade do Legislativo. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-graduação em Meio Ambiente e Sustentabilidade pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ).

Ariane Olczewski

Mestre em Logística pela PUC Rio, especialista em Gestão Pública pela FGV-RJ e em Diplomacia e Negócios Internacionais pela Unibrail-PR. Formada em Administração com ênfase em Comércio Exterior pela Fesp-PR. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do Estado do Rio de Janeiro desde 2011. No governo do Estado já ocupou os cargos de Superintendente de Reestruturação de Gestão de TIC, Superintendente de Logística, Coordenadora de Sistemas e Informações de Logística, Coordenadora Central da Rede Logística e Coordenadora de Suporte aos Sistemas Informatizados de Logística. Na iniciativa privada trabalhou nas empresas Siemens Ltda., Epcos do Brasil Ltda. e Metalsaur Equipamentos Ltda. Atualmente exerce funções de assessoria no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

Carina Baia Rodrigues

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Tecnóloga em Gestão Ambiental pela Faculdade de Macapá (FAMA). Especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (FATECH) e em Auditoria e Perícia Ambiental pela FAMA. Mestre em Educação pela UNIFAP. Advogada, professora do curso de graduação em Direito e coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Brasil Norte (FABRAN). Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP) e membro dos Grupos de Trabalho de Meio Ambiente e Educação do TCE-AP.

Daniel Mello

Conselheiro Substituto do TCE/PA, graduado em Ciências Contábeis pela FACE/PR (1999) e em Direito pela Unyahna/BA. Especialista em Recursos Humanos pela UFPR, em Gestão Empresarial pela Faculdade João Calvino/BA, em Direito Civil e Processual Civil pela Unyahna/BA e em Direito Público com concentração em Direito Constitucional pela Unyahna. Mestre em Economia pela UFSC. Obteve o Diploma de Estudos Avançados em Ciências Empresariais pela Universidade de Jaen (UJAEN Espanha). Doutor em Ciências Empresariais pela UJAEN e pela Universidade Autônoma de Assunção (UAA) – título reconhecido pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Doutorando em Direito pela Universidad de Buenos Aires (UBA) com aprovação do plano de tese pela Resolução nº 2.162/2020 do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da UBA. Tese Depositada. Doutor em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direito pela UFPA. Tem experiência na área contábil, com ênfase em Administração. Perito contador, juiz arbitral, consultor, advogado tributarista, administrativista e constitucionalista. Docente universitário (graduação e pós-graduação) nas áreas do Direito, Administração, Contabilidade e Economia.

David Viana de Oliveira

Formado em Engenharia de Teleinformática pela Universidade Federal do Ceará (UFC/CE). Pós-graduado em Direito Tributário. Atua como Analista de Controle Externo na Gerência de Auditoria da Saúde (GSAU) no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE).

Diego Marques

Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Realiza estágio pós-doutoral em Direito pela Atitus Educação. Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela UNISC. Especialista em Direito Constitucional Aplicado pela UNIFRA. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela FMP. Bacharel em Direito. Professor da URI/Santiago. Advogado.

Edilberto Carlos Pontes Lima

Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor em Economia pela Universidade de Brasília. Bacharel e mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará. Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Políticas Públicas pela George Washington University. Autor de inúmeros artigos e de importantes livros, dentre eles, Curso de Finanças Públicas: uma abordagem contemporânea (finalista do Prêmio Jabuti 2016) e Federalismo e Democracia em Tempos Difíceis, da Editora Fórum (2021). Foi consultor legislativo da Câmara dos Deputados, técnico de planejamento e pesquisa do IPEA e professor da Universidade de Brasília (UnB), dentre outras instituições. Atualmente é presidente do Instituto Rui Barbosa (biênio 2022/2023) e vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Eliana Maria de Paula

Cirurgiã dentista graduada pela USP em 2001. Especialista em Periodontia e Reabilitação Oral pela USP. Mestranda em Saúde Pública. Auditora do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Ezequiel Mariano Teixeira

Graduado em Direito pela URCAMP e mediador técnico na Garrastazu Advogados.

Fernanda da Rocha Brando

Bióloga e especialista em Gestão Ambiental. Mestre e doutora em Educação para a Ciência. Professora livre-docente do Departamento de Biologia da USP, em Ribeirão Preto. Assessora técnica na Superintendência de Gestão Ambiental da USP. Atua na formação interdisciplinar de biólogos e produção de recursos didáticos em temas como Política, Gestão e Educação Ambiental.

Gerson dos Santos Sicca

Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Membro do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (IRB). Mestre em Direito (UFSC). MBA em Gestão de Projetos (USP/ESALQ). Bacharel em Direito (UFPel) e Administração (UniCesumar).

Gilson Soares de Araújo

Bacharel em Direito pelo Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho (ICF), mestre e doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI).

Ivan Lelis Bonilha

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Graduado em Direito pela UFPR e mestre em Direito do Estado pela PUC de São Paulo. Foi servidor de carreira do TCE-PR e professor da Faculdade de Direito de Curitiba, Procurador-geral do Município de Curitiba, Procurador-geral do Estado do Paraná e Conselheiro Estadual da OAB/PR. Foi membro titular da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/Federal, além de presidente do TCE/PR e do Instituto Rui Barbosa (IRB). Atualmente é Corregedor-geral do TCE/PR e vice-presidente de Relações Institucionais do IRB.

Janriê Rodrigues Reck

Estágio pós-doutoral pela Goethe Universitat Frankfurt em andamento. Doutor pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e mestre pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atualmente é professor do programa de pós-graduação, mestrado e doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria do Estado, atuando principalmente nos temas Democracia, Administração Pública, Teoria do Significado, Teoria da Ação Comunicativa e Teoria dos Sistemas. Atualmente trabalha tanto em termos de disciplinas ministradas como com orientações e publicação, com Teoria Jurídica das Políticas Públicas. É membro da Rede Ibero-americana de Docentes de Direito Administrativo e da Rede de Direito Administrativo Social. Foi professor de Direito Administrativo e Tributário da Universidade Federal de Pelotas e avaliador do Ministério da Educação para qualidade em educação. Atualmente é Procurador Federal.

Jeanine Lykawka Medeiros

Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (UNIDERP) e em Direito Público (UNINORTE). MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas na linha de pesquisa Constitucionalismo Contemporâneo pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado do Acre. Foi professora universitária no curso de Direito (disciplinas de Direito Administrativo, Direito Financeiro, Processo Constitucional e Teoria Geral do Estado) de 2009 a 2022. Facilitadora em diversos cursos promovidos pela Escola de Contas Conselheiro Alcides Dutra de Lima (TCE/AC).

Karine Tomaz Veiga

Mestre em Educação com ênfase em *Accountability* Educacional. MBA em Administração Pública e Gerência de Cidades e pós-graduação em Direito Público Aplicado, Direito Financeiro e Orçamentação e em Direito Digital e Proteção de Dados. É Auditora de Controle Externo, cedida pelo TCE-RJ ao MPE-RJ, onde atua na defesa e proteção de direitos fundamentais.

Leandro Dall'Olio

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e pós-graduado em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Atua no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo desde 2006, tendo ingressado como agente da fiscalização e exercido a função de chefe técnico durante 13 anos na Unidade Regional de Sorocaba. Desde junho de 2022, integra a Diretoria de Coordenação Estratégica. Coordenador do Observatório do Futuro – núcleo de monitoramento dos ODS no TCE/SP. Colaborador da Escola Paulista de Contas Públicas.

Leonice Silva de Oliveira

Auditora Estadual de Controle Externo e Instrutora Interna do TCM-BA, Bacharel em Ciências Contábeis, Especialista em Gestão Pública, Especialista em Docência do Ensino Superior, Especialista em Gestão, Controladoria e Auditoria de Contas Públicas Municipais e Especialista em Gestão, Governança e Setor Público. Autora de diversos artigos publicados.

Lia Helena Monteiro de Lima Demange

Assessora Técnica da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Doutora

em Ciências pelo programa de pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Ambiental pela Pace University (Estados Unidos) e bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. SESYNC Graduate Research Fellow (National Socio-Environmental Synthesis Center, Universidade de Maryland, Estados Unidos). Autora do livro “Desastres, Responsabilidade Civil e Áreas de Preservação Permanente: paradoxo do progresso nômade”.

Luiz Henrique Lima

Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Mato Grosso. Doutor e mestre em Planejamento Energético (COPPE-UFRJ). Especialista em Finanças Corporativas (PUC-Rio). Bacharel em Ciências Econômicas (UFRJ). Autor de diversos livros e artigos científicos nas áreas de Controle Externo, Gestão Pública e Gestão Ambiental. Palestrante e professor de cursos de pós-graduação em diversas universidades em todo o país.

Mamadú Saido Djaló

Bacharel em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-CE), especialista em Gestão Pública pela Faculdade Focus, mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Piauí (UFPI). Assistente de Operação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI).

Marcela Cristina Arruda Nunes

Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP), advogada graduada pela Universidade Braz Cubas e especialista em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Acumula ainda especializações em Direito Eleitoral pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista e em Direito Constitucional pela Escola Superior de Advocacia da OAB-SP. Sócia integrante do escritório Rubens Naves Santos Jr. Advogados, responsável pela coordenação de temas do Direito Administrativo e ainda Terceiro Setor, *Compliance* e Eleitoral. Foi conselheira no Conselho Deliberativo da Associação Transparência Brasil, no Centro de Estudos da Sociedade de Advogados (CESA), entre outras instituições. Em maio de 2022 assumiu o cargo de Secretária Municipal de Gestão da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Marcelo Victor Barbosa Xavier

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas de Pernambuco, tendo atuado anteriormente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Formado pela Universidade de Pernambuco em Administração de Empresas e pós-graduado em Gestão Orçamentária e Financeira do Setor Público.

Marcos dos Santos Côrtes

Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Especialista em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental pela Faculdade Oswaldo Cruz de São Paulo (FOC). Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), tem experiência na área de Gestão de Recursos Florestais, Análise de Projetos, Fiscalização Ambiental e Docência Superior. Atualmente exerce função de Auditor de Controle Externo na Especialidade de Meio Ambiente/Coordenador de Meio Ambiente e membro da Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental e do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente do TCE/AP.

Marcos Roberto Pinto

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (2000). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutor em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (2014). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio de

Janeiro. Coordenador de graduação em Contabilidade e coordenador do curso de pós-graduação em Finanças Públicas e Auditoria.

Manuela Prado Leitão

Advogada. Pós-doutoranda no Centro de Síntese USP Cidades Globais, do IEA/USP. Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra. Assessora Técnica de Gabinete no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Maria Luiza Pascale

Chefe da Seção de EAD da Escola Paulista de Contas Públicas do TCE-SP. Administradora Pública pela FGV, pós-graduada em Gerenciamento de Sistemas de Informação pela PUC-Campinas e em Sistemas de Informação Governamentais (JICA-Japão). MBA em Informática (FIA/FEA/USP), Master Systeme d'Information (IAE-Grenoble) e bolsista da Hubert H.Humphrey Fellowship Program (EUA).

Mariana Siqueira Vilela

Contadora, doutoranda no programa de pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Ciências Contábeis pela UFPE.

Maurício Assuero Lima de Freitas

Formação em Matemática e Economia, mestrado e doutorado em Economia, com interesse em métodos quantitativos aplicados. Professor de graduação de Ciências Atuariais e da pós-graduação em Ciências Contábeis e Políticas Públicas, ambas na UFPE.

Maurício Oliveira de Souza

Graduado em Engenharia Sanitária pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Manejo de Recursos Naturais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Mestre em Processos Construtivos e Saneamento Urbano pelo Instituto de Tecnologia da UFPA. Atuou como professor universitário da área ambiental de 2004 a 2019. Atualmente é Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP) e exerce a função de Inspetor de Controle Externo. Coordena a Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental e o Grupo de Trabalho de Meio Ambiente do TCE/AP.

Mohana Rangel dos Santos Reis

Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), especialista em Gestão Estratégica em Comércio Exterior pela Universidade Cândido Mendes e em Gestão Pública e Controle Externo pela Escola de Contas e Gestão do TCE/RJ. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. É da carreira de Analista Executivo desde 2013. Em 2020 assumiu a Coordenadoria de Compras e Licitações Centralizadas da Subsecretaria de Logística da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente exerce funções de assessoria no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

Patrícia Faga Iglecias Lemos

Advogada, professora, livre-docente, doutora e mestre em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e superintendente de Gestão Ambiental da Reitoria da USP. É sócia do Wald, Antunes, Vita e Blattner Advogados e atual presidente do IDPV – Instituto O Direito por um Planeta Verde. Foi secretária do Meio Ambiente de São Paulo e a primeira mulher a presidir a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e do conselho consultivo do Green Nation. Foi também membro da Comissão de Meio Ambiente e presidente da Comissão de Resíduos Sólidos da OAB-SP, membro do Conselho de Sustentabilidade da Fecomércio e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama),

atuou no Programa Cidades do Pacto Global da ONU e no GCSM (Global Council of Sales Marketing). Condecorada internacionalmente com o Destaque Sustentabilidade – WOCA – em tributo e reconhecimento pela carreira em prol da gestão ambiental e, no Brasil, recebeu a Medalha San Tiago Dantas, na categoria Jurista da Área de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Paula Silva Fraga

Graduada em Ciências Contábeis pela UERJ (2007) e em Direito pela Unigranrio. Possui especialização em Finanças Públicas e Auditoria pela UFRJ.

Pedro Nascimento

Doutorando em Ciência Política (UFPE). Mestre em Ciência Política (UFPE). Bacharel em Ciências Sociais (UFPE). Autor do livro “Política Em Debate Por Um universitário Operandi” (2015). Organizador e Escritor dos livros “Educação Política: Conhecer Para Participar” (2019) e “Democracia Conectada e Governança Eleitoral” (2020). Membro dos Grupos de Pesquisa “Instituições, Políticas e Governo” (UFPE), “Corrupção Pública e Instituições Políticas” (UFPE) e “Cidades Transparentes” (PUC-SP). Ministra palestras com temática voltada para a educação política, democracia, transparência e instituições políticas.

Rafael Rodrigues da Costa

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduado em Prevenção em Repressão à Corrupção pela Universidade Estácio de Sá. Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté. Analista em Planejamento da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2010-2012). Agente da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (2012-2014). Chefe técnico da Fiscalização na Unidade Regional de São José dos Campos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Autor de vários artigos publicados em periódicos científicos.

Rafael Scherb

Auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com experiência em Economia Regional e Urbana. Recebeu a láurea universitária em 2018.

Raul da Mota Silveira Neto

Graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco, com mestrado em e doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor associado do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco e pesquisador bolsista de produtividade em pesquisa do CNPQ. Os trabalhos e pesquisas concentram-se nas áreas de Economia Regional, Economia Urbana, Economia do Trabalho e Desenvolvimento Econômico, com interesse específico na avaliação de políticas públicas, nas políticas de desenvolvimento regional ou local, nos determinantes da desigualdade e da migração, nos condicionantes da distribuição das famílias e atividades nas cidades, nos diferenciais de qualidade de vida entre cidades e nos determinantes do crescimento das cidades.

Reginaldo ParNow Ennes

Conselheiro e Ouvidor-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP). Presidente do Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública do Instituto Rui Barbosa (IRB). Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Nacional de Lanus, Argentina. Especialista em Direito Sanitário pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul e pela Universidade de Roma Tre. Servidor público na Prefeitura de Santa Maria. Procurador do município de

Novo Hamburgo de 2008 a 2012. Aprovado em concurso público em 2011 para o cargo de Procurador de Contas do TCE/AP. Foi conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amapá.

Roberto Debacco Loureiro

Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Graduado em Direito pela Universidade Regional Integrada (URI). Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera (Uniderp). Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Uniderp.

Sérgio Augusto Mendonça Santos

Mestre em Ciências Contábeis e Administração (FUCAPE/ES). Especialista em Auditoria Contábil (UFS). MBA em Perícia Contábil (Cândido Mendes/RJ). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe. Analista de Controle Externo II (Auditor) do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe há 25 anos.

Silvia M. A. Guedes Gallardo

Mestrado em Edificações e graduação em Engenharia Civil, ambos pela UNICAMP. Especialização em Projeto e Gestão de Infraestrutura Urbana pela Universidade Federal de São Carlos. Especialização em Desenvolvimento Gerencial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Dez anos na assessoria técnica de engenharia do TCE/SP. Atuação como professora junto à Escola Paulista de Contas Públicas do TCE/SP.

Tadeu Fabrício Malheiros

Professor associado do Departamento de Hidráulica e Saneamento da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP), assessor da Superintendência de Gestão Ambiental da USP, coordenador do programa de mestrado profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais. Membro do Núcleo Acadêmico do Centro de Síntese Cidades Globais, do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Tamara Maria Gomes

Engenheira agrônoma de formação e professora livre-docente da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP, campus Pirassununga/SP. Atua como assessora técnica da Superintendência de Gestão Ambiental/USP, com representação na coordenação do Programa USP Sustentabilidade para pós-doutores. Tem vasta experiência na área da agricultura irrigada, em projetos que visam o reúso da água.

Terezinha de Jesus Brito Botelho

Graduada em Ciências Contábeis (UFPA) e em Letras (UFPA). Graduada em Direito (Estácio/FAMAP 2010). Especialista em Auditoria (PUC Minas). Especialista em Auditoria e Controladoria (CEAP/AP). Especialista em Gestão Pública e Privada (CEAP/AP). Especialista em Direito Administrativo (Uniderp). Atua como Conselheira-Substituta no TCE/AP desde 1991. Membro da Academia Amapaense de Ciências Contábeis (AMACICON). Palestrante e instrutora de capacitação oferecida pelo TCE/AP aos seus servidores e jurisdicionados.

Valquíria Maria F. Benevides de S. Leitão

Graduação e mestrado em Administração de Empresas pela UFPE. Auditora de Controle Externo do TCE/PE.